

Ofertas públicas de aquisição agitam advocacia de negócios

Ofertas públicas de aquisição da Brisa e da Cimpor também fazem mexer mercado português dos serviços jurídicos

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Em dois dias, duas ofertas públicas de aquisição (OPA). As operações jurídicas mais lucrativas voltaram a animar na última semana o mercado da chamada advocacia de negócios. O primeiro alvo foi a Brisa, o segundo a Cimpor. Mesmo em tempo de crise, o trabalho bate à porta das equipas de direito bancário e financeiro e de fusões e aquisições de alguns dos principais escritórios com actividade em Portugal.

São cinco as sociedades que estão envolvidas na operação jurídica que permitiu ao Grupo José de Mello e ao fundo de investimento Arcus avançar com uma OPA sobre a Brisa, num investimento que poderá chegar aos 700 milhões de euros.

Segundo apurou o **Negócios**, o escritório de advogados VdA está a assessorar o grupo Mello neste processo, através de um grupo multidisciplinar que incluiu juristas das áreas de prática de fusões e aquisições, de mercados de capitais, de bancário e financeiro, de fiscal e de direito europeu e da concorrência. Os sócios João Vieira de Almeida e Pedro Cassiano Santos estiveram à frente da operação, que envolveu ainda a intervenção, entre outros, dos advogados Sofia Barata, José Pedro Fazenda Martins, Cláudia Cruz Almeida, Hugo Moredo Santos, Tiago Correia Moreira, Joaquim Pedro Lampreia ou Ricard Bordalo Junqueira.

Coube à firma CS Associados, através da sócia Maria Castelos, responsabilizar-se pela estruturação desta operação jurídica para a Arcus, prestando apoio a este fundo financeiro nas áreas de direito bancário e societário. A Arcus foi ainda assessorada nas áreas de mercados de capitais e concorrência pelo escritório de Lisboa da Linklaters, com o trabalho nesta firma a ser liderado pelo sócio António Soares.

A Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados prestou apoio aos bancos envolvidos

nesta operação - Millennium BCP, BES e Caixa Geral de Depósitos. A equipa de bancário e financeiro, coordenada pelo sócio Luís Branco, foi responsável pelo desenho dos contratos relacionados com a parte bancária da transacção. A Brisa está a ser assessorada pela Sérvulo & Associados, por uma equipa liderada pelo sócio Ferreira Pinto.

Também há OPA sobre a Cimpor

A Cimpor, com uma avaliação nos mercados bolsistas estimada em cerca de 3,7 mil milhões de euros (5,5 euros por acção propostos na recente OPA), voltou entretanto a estar na mira de empresas brasileiras. Desta vez é a Camargo Corrêa que volta à carga, depois de há menos de dois anos ter estado num processo idêntico, mas em competição directa com outras duas empresas do Brasil - a Companhia Siderúrgica Nacional e a Votorantim.

No campo jurídico a Camargo foi, em 2009, representada em Portugal pela VdA, competindo à equipa coordenada pelo sócio e líder do escritório João Vieira de Almeida assegurar o acompanhamento da firma brasileira na transacção. Mas desta feita a equipa da Vieira de Almeida está com um dos seus clientes já antigos, Manuel Fino, pelo que não poderá acompanhar, por conflito de interesses, a Camargo que está a ser apoiada juridicamente pela Uría-Proença de Carvalho, através de um grupo multidisciplinar de advogados coordenado por Daniel Proença de Carvalho.

Já na assessoria jurídica à Cimpor, a sociedade de advogados actualmente liderada por Luís Sáragga Leal, PLMJ, deverá voltar a assumir papel de destaque. O advogado e sócio Jorge de Brito Pereira, que desenvolve actividade nas áreas de financeiro e bancário e mercados de capitais, deverá assegurar a liderança no trabalho de apoio à administração da cimenteira nacional. A PLMJ tem desde há muito como cliente a empresa alvo desta OPA.

QUEM ASSESSORA QUEM



A equipa do sócio e líder da VdA, João Vieira de Almeida, está envolvida nas duas OPA.



O advogado da Morais Leitão, Luís Branco, lidera a equipa que apoiou os bancos na OPA sobre a Brisa.



A Cimpor é um cliente tradicional da PLMJ. Jorge de Brito Pereira apoiou-a na OPA de 2009.



O sócio da Linklaters, António Soares, está ao lado do fundo financeiro Arcus.



A sócia da CS Associados, Maria Castelos, esteve ao lado da Arcus, nas áreas de bancário e societário.



Brisa | OPA do Grupo José de Mello e da Arcus envolve cinco sociedades de



Pedro Elias

VENDA

SRS, AAA e Cuatrecasas assessoram operação de saída da Eni da Galp

Acordo entre a Eni, a Amorim Energia e a CGD permitirá a Américo Amorim tomar as "rédeas" da petrolífera

JOÃO MALTEZ*

jmaltez@negocios.pt

São três os escritórios de advogados envolvidos na operação da saída faseada da italiana Eni da Galp Energia. Os italianos da Eni foram assessorados pela SRS Advogados, de Pedro Rebelo de Sousa, através de uma equipa coordenada por Gustavo Ordonhas Oliveira. A Amorim Energia foi assessorada pela sociedade de advogados AAA, cuja equipa foi liderada pela sócia Gabriela Rodrigues Martins. Já a Caixa Geral de Depósitos (CGD) contou com o apoio jurídico de uma equipa da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, liderada por Diogo Perestrelo, managing partner da sociedade no escritório de Lisboa, apurou o **Negócios**.

O acordo assinado na semana passada liberta a Eni da obrigação assumida no acordo parassocial de vender em bloco a posição de 33,34% na Galp Energia. O acordo firmado em 2005 e que ditava a partilha de poder dentro da Galp, vinculava a Eni, a Amorim Energia e a CGD até ao final de 2014.

Mas a Eni só deixará de estar abrangida pelo dito contrato quando a Amorim Energia adquirir ou arranjar um comprador para 5% das acções da Galp aos italianos, o que terá de acontecer, obrigatoriamente, no prazo de cinco meses. A empresa liderada por Américo Amorim detém actualmente 33,34% da Galp, o mesmo que os ita-

lianios.

No período de seis meses, a Eni poderá ainda alienar outros 18% ao mercado, incluindo fundos de investimento e outros compradores institucionais, uma percentagem que pode atingir os 20% se houver uma emissão de obrigações convertíveis em acções.

Por fim, seguir-se-á a venda dos restantes 10,34%. Neste caso, a Amorim Energia poderá comprar 5 a 10,34% da Galp à italiana Eni, ou indicar o comprador até Março do próximo ano. Se não exercer essa opção, a sociedade liderada por Américo Amorim poderá ainda fazê-lo na fase final do processo. Entretanto, também a CGD deverá alienar o 1% que possui.

Com este acordo, põe-se fim a meses de negociações para desbloquear um acordo parassocial que impedia que cada uma das três partes vendesse sem o acordo das outras. Recorde-se que a italiana Eni é uma das maiores empresas mundiais no sector energético com uma capitalização bolsista de aproximadamente 70 mil milhões de euros.

No dia 24 de Abril, reúne-se a assembleia-geral de accionistas da Galp Energia para aprovar o seu novo conselho de administração para o triénio de 2012 a 2014, bem como alterações de estatutos. Nesta data, Américo Amorim assumirá o cargo de "chairman" da Galp, sucedendo assim a Francisco Murteira Nabo. *com **MC**

Os italianos da Eni foram assessorados pela SRS Advogados, a Amorim Energia pela AAA e a CGD pela Cuatrecasas, Gonçalves Pereira.

O acordo assinado na semana passada liberta a Eni da Obrigação de vender em bloco a sua posição de 33,34%.

OS ADVOGADOS QUE LIDERAM AS EQUIPAS



A SRS, de Pedro Rebelo de Sousa, esteve ao lado da Eni na operação que culminou num acordo.



Gabriela Rodrigues Martins, sócia da AAA, assessorou a Amorim Energia neste processo.



A CGD foi apoiada por uma equipa liderada por Diogo Perestrelo, da Cuatrecasas.

